

HISTÓRIA

COM

**RODRIGO
BIONE**

O Papa Paulo III (em latim: Paulus III, em Camino, 29 de fevereiro de 1500

Roma, 10 de novembro de 1549), nascido Alessandro Farnese, foi chefe

Igreja Católica e governante dos Estados papais de 13 de outubro de

1549 a morte em 1549. Ele chegou ao trono papal em uma época

sa e em 1549 em 1549, o primeiro de inícios na Igreja Católica

Reforma. Ele foi responsável pelo Concílio de Trento

o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

como o Concílio de Trento, em 1545, que definiu as doutrinas

em oposição à Reforma e a doutrina da Reforma

Exercícios

1. (UFPR 2023) Considere o excerto que a historiadora Lilia Schwarcz escreveu sobre a Independência do Brasil em 1822:

A independência brasileira resultou, além do mais, de um projeto muito conservador que pretendia manter, mais do que mudar.

(SCHWARCZ, Lilia. 2022 é aqui e agora. Nexo Jornal, São Paulo, 17 jan. 2022.)

A partir dos conhecimentos sobre o período da Independência do Brasil e do período do Império brasileiro, assinale a alternativa que indica corretamente aspectos que o referido projeto conservador manteve no Brasil após a Independência.

- O sistema imperialista, a propriedade colonial e o poder moderador.
- O sistema feudalista, a propriedade comunal e o gabinete de conciliação.
- O sistema mercantilista, a propriedade estatal e o parlamentarismo às avessas.
- O sistema oligopolista, a propriedade multicultora e a política do café-com-leite.
- O sistema escravista, a propriedade latifundiária e a política restrita à elite.

2. (UECE 2022) A noite de 12 de novembro de 1823 ficou conhecida como a Noite da Agonia, marcada pela invasão, ordenada por D. Pedro I, do plenário da Assembleia Constituinte, provocando sua dissolução. No dia seguinte, o Imperador impôs medidas de vigilância sobre reuniões políticas e até prisão para quem se envolvesse em polêmicas públicas. Pouco mais de 4 meses depois, no dia 25 de março do ano seguinte, era outorgada a Constituição Política do Império do Brasil. Como consequência dessas atitudes de D. Pedro I,

- ocorreu um movimento revolucionário, republicano e separatista em algumas províncias do Nordeste brasileiro, denominado Confederação do Equador.
- explodiu, em Salvador, a Conjuração baiana, ou revolta dos Alfaiates, que pretendia a separação da província da Bahia do restante do Brasil.
- em julho de 1824, os estancieiros gaúchos rebelaram-se contra o império, proclamando a autonomia política da província e a criação da República Juliana.
- eclodiu a Revolução Pernambucana, ou Revolução dos Padres, motivada pelos ideais iluministas, com apoio internacional dos Estados Unidos.

3. (UFGD 2022) Ao regressar de Minas, D. Pedro I tentou entrar no Rio como nas festas anteriores, que referendavam sua soberania. Contudo, as tropas não enfileiraram, não houve parada militar, o imperador não se pôde alinhar com seu povo em armas. No decorrer de março, os tumultos

estendiam-se da noite para o dia, espalhando o medo pela cidade e a impressão de um iminente tumulto.

Souza, I. L. C. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 343 (fragmento).

O texto demonstra instabilidades que antecederam à abdicação de D. Pedro I ao trono, em 1831. Ao longo do Primeiro Reinado, incluem-se como principais motivos do desgaste político do imperador:

- o absolutismo de D. Pedro I devido ao poder moderador; a interferência na política de conciliação; o envolvimento do Brasil em movimentos de independências na América Espanhola e a Guerra do Paraguai.
- as reações contrárias à independência do Brasil; as revoltas regenciais caudilhistas; os atritos políticos entre conservadores e liberais.
- a crise da sucessão do trono português; a Revolução Farroupilha; a crise econômico-financeira; as regências e o golpe da maioria.
- o absolutismo do imperador; o envolvimento de D. Pedro I com a sucessão do trono português; a Guerra da Cisplatina e a crise econômico-financeira.
- a Revolução Liberal do Porto, o parlamentarismo às avessas; a crise econômico-financeira e o movimento republicano.

4. (UECE 2022) A derrota na Guerra da Cisplatina, o assassinato do jornalista Líbero Badaró e a Noite das Garrafadas foram

- motivos que levaram ao fim o Governo Regencial do Padre Antônio Feijó, líder político que havia sido ministro da Justiça no reinado de D. Pedro I.
- causas que levaram ao golpe militar que derrubou o reinado de D. Pedro II e estabeleceu o regime republicano no Brasil.
- razões que proporcionaram as condições necessárias à declaração de independência, pelo príncipe regente D. Pedro, com apoio das elites brasileiras.
- eventos que impactaram negativamente na reputação do imperador D. Pedro I e levaram à sua abdicação ao trono, pondo fim ao primeiro reinado.

5. (FCMSCSP 2021) Observe a litografia de Jean-Baptiste Debret, intitulada *Empregado do governo saindo a passeio*, de 1835.



(Apud Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. *Brasil: uma biografia*, 2018.)

A imagem, produzida durante o Brasil Império, mostra duas características da sociedade colonial que persistiram após a independência política:

- a cordialidade e o servilismo.
- a desigualdade social e a harmonia das raças.
- a informalidade e a religiosidade.
- o privilégio do setor público e o autoritarismo.
- o patriarcalismo e o escravismo.

6. (UEG 2021) Leia o texto a seguir.

A Guerra de Cisplatina iniciou-se em 1825, envolvendo tropas do governo imperial brasileiro contra as da aliança formada por exilados da Banda Oriental [...] com o governo da Província de Buenos Aires. No dia 27 de agosto de 1828, ela se encerrou a partir da assinatura da Convenção Preliminar da Paz pelos Governos da Argentina e do Brasil, com a mediação da Inglaterra.

BITTENCOURT, Circe (org.). Dicionário de datas da História do Brasil. São Paulo: Contexto, 2007. p. 197.

A principal consequência política da Guerra de Cisplatina foi

- o início da aliança militar entre Brasil e Argentina contra o Paraguai.
- a eclosão da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul.
- a contestação da influência inglesa na América do Sul.
- a independência da Província do Uruguai.
- o aumento da popularidade de D. Pedro I.

7. (ENEM PPL 2021) No Império do Brasil, apesar do apego a certo ideário do Antigo Regime, as ideias e práticas políticas inéditas que se moldaram e se redefiniram naquela conjuntura acabaram por converter a Coroa em Estado e fizeram com que a política deixasse os círculos palacianos privados para emprestar uma nova dimensão à praça pública. Por conseguinte, o novo império não mais podia fugir à obrigação de conduzir a sociedade, fazendo-se reger por uma Constituição, ainda que outorgada, e articulando-se por meio de uma divisão de poderes que respeitasse, a princípio, pelo menos, a participação daqueles considerados cidadãos.

NEVES, L. M. B. P. O governo de D. João: tensões entre ideias liberais e práticas do Antigo Regime. In: CARVALHO, J. M.; CAMPOS, A. P. (Org.). Perspectiva da cidadania no Brasil Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Com base no texto, na formação do Estado brasileiro prevaleceram ideias e práticas derivadas dos princípios

- iluministas
- federalistas
- republicanos
- democráticos
- abolicionistas

8. (PUCRS MEDICINA 2021) A abdicação de D. Pedro I do trono de Imperador do Brasil, em 1831, estava relacionada

- às exigências de atrelamento da economia brasileira à portuguesa, por parte da elite portuguesa unificada após a Revolução do Porto.
- aos interesses do Império inglês em expandir sua área de influência econômica e política no Brasil, liberando-o da dependência histórica da economia portuguesa.
- às reformas liberalizantes impostas pelo ministério dos Marquesses, que limitaram o poder constitucional de D. Pedro I.
- à política excessivamente centralista do monarca e aos conflitos entre os seus apoiadores políticos lusitanos e os grandes proprietários de terras que formavam a elite local.

9. (UFGD 2021) Produzido em 1827, O Jantar, de Jean-Baptiste Debret, é conhecido e muito difundido nos livros de História por abordar as relações cotidianas no Brasil à época do pintor.



Disponível em: <https://idd.org.br/acervo/obra-o-jantar>. Acesso em: 10 ago.2020.

Com base nessa obra, é correto afirmar que

- o contexto de sua produção se relaciona com a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil para substituir a mão de obra escrava durante os primeiros anos da República.
- o autor representa a desigualdade social no Brasil do século XIX, o que se observa pelo contraste entre senhores e escravos no tocante a vestimentas e posturas em relação à comida e ao trabalho.
- a obra denuncia o trabalho escravo infantil e os maus tratos, uma vez que, no contexto sugerido, não se permitia aos negros o acesso ao alimento.
- Debret retrata uma sociedade ideal e igualitária ao pintar a senhora e o filho do escravo dividindo o mesmo alimento.
- o quadro questiona o comportamento da elite brasileira que, à época, explorava as minorias e evitava qualquer tipo de contato inter-racial.

10. (S1 - IFPE 2020) A Confederação do Equador de 1824 é um marco na luta social contra o absolutismo monárquico.

Amplas camadas da população local participaram do conflito. Comerciantes, padres, militares, negros e pardos, e até senhores de engenho se envolveram no conflito que opôs setores da população pernambucana à Monarquia de D. Pedro I.

Sobre os pensamentos que fundamentaram a luta dos revoltosos, é CORRETO afirmar que foram ideias

- liberais e constitucionalistas, oriundas dos princípios iluministas então em expansão na Europa e nos Estados Unidos.
- absolutistas moderadas, uma vez que os revoltosos ainda pensavam em manter a monarquia, desde que constitucional e respeitando a autonomia provincial.
- socialistas, o que justifica a presença expressiva de negros e pardos e de padres sensíveis às injustiças sociais e ao racismo.
- inspiradas na Igreja Católica Romana, instituição que, naquele momento, procurava distanciar-se das monarquias europeias, o que justifica a participação de padres.
- anarquistas, por isso defendiam, além da derrubada do governo monárquico e absolutista, o fim da escravidão em terras pernambucanas.

11. (ESPM 2019) O Brasil agora é feito para a democracia, ou para o despotismo – errei em querer dar-lhe uma monarquia constitucional. Onde está uma aristocracia rica e instruída? Onde está um corpo de magistratura honrado e independente? E que pode um clero imoral e ignorante, sem crédito e sem riqueza? Que resta pois?

(José Bonifácio de Andrada e Silva)

A sociedade civil tem por base primeira a justiça, e por fim principal a felicidade dos homens. Mas que justiça tem um homem para roubar a liberdade de outro homem e o que é pior, dos filhos deste homem, e dos filhos destes filhos?

(José Bonifácio de Andrada e Silva)

(Adriana Lopes e Carlos Guilherme Mota. *História do Brasil: Uma Interpretação*)

Os textos revelam posições de José Bonifácio de Andrada e Silva, constituinte reformista e monarquista constitucional, que apresentou o projeto mais importante e radical a respeito da abolição do tráfico e da escravidão.

Quanto às ideias contidas nos textos e ao cenário da Assembleia Constituinte de 1823 é correto assinalar:

- O projeto de Constituição apresentado por Antonio Carlos de Andrada, irmão de José Bonifácio, foi promulgado com apoio unânime da Constituinte;
- O projeto de Constituição, apelidado de “Constituição da Mandioca”, desagradou a D. Pedro I e, por isso, ele recorreu à força para fechar a Constituinte;
- Os jornais A Sentinela e Tamoio, vinculados aos irmãos Andrada, conseguiram consagrar na Constituição de 1824 os planos de abolição do tráfico e da escravidão;
- Os textos revelam a satisfação de José Bonifácio, bem como sua comunhão de ideias e projeto com a aristocracia rural;

e) Os textos revelam o projeto de incluir na Constituição o direito de preservação da escravidão, pilar da sociedade civil no Brasil.

12. (FMP 2019)



BECK, A. "Armandinho" *Diário Catarinense*. Edição de 5 set. 2017. Disponível em: <http://dc.dicbts.com.br/science/enem/notes/2911/09/comira-a-lira-do-armandinho-desta-terca-feira-9861947.html>. Acesso em: 9 jul. 2018.

No contexto da independência brasileira, a charge ironiza o(a)

- influência econômica inglesa sobre o Brasil
- imperialismo dos EUA sobre a América do Sul
- controle napoleônico sobre Portugal
- domínio brasileiro sobre a Província Cisplatina
- vigência da União Ibérica

13. (ENEM 2019) Art. 90. As nomeações dos deputados e senadores para a Assembleia Geral, e dos membros dos Conselhos Gerais das províncias, serão feitas por eleições, elegendo a massa dos cidadãos ativos em assembleias paroquiais, os eleitores de província, e estes, os representantes da nação e província.

Art. 92. São excluídos de votar nas assembleias paroquiais:

- Os menores de vinte e cinco anos, nos quais se não compreendem os casados, os oficiais militares, que forem maiores de vinte e um anos, os bacharéis formados e os clérigos de ordens sacras.
- Os filhos de famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem a ofícios públicos.
- Os criados de servir, em cuja classe não entram os guarda-livros, e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais e fábricas.
- Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral.
- Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou emprego.

BRASIL. *Constituição de 1824*. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 4 abr. 2015 (adaptado).

De acordo com os artigos do dispositivo legal apresentado, o sistema eleitoral instituído no início do Império é marcado pelo(a)

- representação popular e sigilo individual.
- voto indireto e perfil censitário.
- liberdade pública e abertura política.
- ética partidária e supervisão estatal.
- caráter liberal e sistema parlamentar.

14. (UERJ 2019) Quando chegar o feliz momento da abolição, não será devido nunca à inclinação sincera do povo ou do governo, a menos que venham a sofrer grande mudança. Pois quase me aventuraria a dizer que não há dez pessoas em todo o Império que considerem esse comércio um crime ou o encarem sob outro aspecto que não seja o de ganho e perda, de simples especulação mercantil, que deve continuar ou cessar conforme for vantajoso ou não. Acostumados a não fazer nada, os brasileiros em geral estão convencidos de que os escravos são necessários como animais de carga, sem os quais os brancos não poderiam viver.

*HENRY CHAMBERLAIN, agente diplomático britânico, em 31/12/1823.
Adaptado de SOUSA, O. T. Fatos e personagens em torno de um regime.
Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.*

Após a emancipação política do Império do Brasil, o debate sobre o fim do tráfico intercontinental de escravos e da escravidão esteve em pauta, como abordado por Henry Chamberlain em 1823.

Naquele contexto, de acordo com o diplomata britânico, as resistências à abolição do tráfico e da escravidão estavam associadas à conjuntura de:

- desqualificação do trabalho braçal
- vigência da sociedade burguesa
- instabilidade do regime jurídico
- decadência da estrutura agrária

15. (UECE 2019) Durante o segundo reinado, havia, no Brasil, cerca de 20 mil pessoas que podiam ser eleitores e escolher deputados e senadores (0,4% da população), eles eram homens, católicos e com renda anual superior a 200 mil-réis. Havia ainda no Brasil 2,2 milhões de mulheres livres, 1,8 milhão de homens livres pobres, algo

em torno de 1,7 milhão de escravos e escravas e outro grande número de pessoas sem acesso ao voto (praças, estrangeiros, religiosos em regime de clausura, mendigos e não católicos em geral).

Fonte: Brasil 500 anos. IstoÉ, p.72. Estabilização no Império.

Considerando esse aspecto da política brasileira, durante o império, explícito nos dados citados, é correto afirmar que

- havia uma representação proporcional dos variados grupos sociais na política e no poder durante a monarquia no Brasil, daí poder-se dizer que se tratava de um sistema democrático.
- se estabelecia uma participação política de caráter censitário, ou seja, usava-se um critério, o do rendimento anual, para restringir o direito a votar e a ser votado.
- apenas o homem, com qualquer renda, poderia ser candidato nas eleições durante a monarquia; a exclusão das mulheres era fator comum a todas as nações do mundo.
- a restrição do direito ao voto aos estrangeiros, praças, mendigos e analfabetos que havia no império tem sido mantida até hoje no Brasil.

Gabarito:

| | | |
|---------|---------|--------|
| 15: [B] | 10: [A] | 5: [E] |
| 14: [A] | 9: [B] | 4: [D] |
| 13: [B] | 8: [D] | 3: [D] |
| 12: [A] | 7: [A] | 2: [A] |
| 11: [B] | 6: [D] | 1: [E] |

Anotações